



Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional,
Empresas Públicas, Concessionárias e Afins



www.stal.pt

Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa . Telef: 210958400 - Fax: 210958469 - Email: stal.nacional@stal.pt

Ex.^{mos} Senhores

- Ministro das Finanças
- Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
- Secretário de Estado das Autarquias Locais
- Secretária de Estado da Administração e Emprego Público
- Presidentes de:
- Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Associação Nacional de Freguesias
- Associações Humanitárias de Bombeiros
- Instituições P. de Solidariedade Social
- Câmaras Municipais
- Juntas e Uniões de Freguesias
- Entidades Regionais de Turismo
- Assembleias Distritais
- Serviços Municipalizados
- Serviços Concessionados da Administração Local e Regional
- Empresas Municipais
- Todos os organismos da Administração Local e Regional

Of. n.º 1166/C

Data: 03.11.2017

Assunto: Aviso prévio de Greve

O STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, vem, ao abrigo do art. 394.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06 e dos art. 530.º a 543.º do Código do Trabalho, comunicar que, essencialmente no sentido de participar na Manifestação Nacional da CGTP, convocada **para o dia 18 de Novembro de 2017**, em Lisboa, caso outros meios não possibilitem essa participação, decreta uma greve ao trabalho normal, às horas extraordinárias e ao trabalho suplementar, a efectuar, nos termos abaixo indicados, das 0h00 às 24h00 do referido dia 18 de Novembro 2017, abrangendo todos os trabalhadores da Administração Local e Regional, independentemente do respectivo tipo de vínculo, incluindo as empresas municipais, intermunicipais, multimunicipais, fundações e outras empresas, designadamente concessionárias e prestadoras de serviços, de natureza pública ou privada, bem como os que exercem funções nos estabelecimentos públicos de educação e ensino não superior, nas Associações Humanitárias de Bombeiros e nas IPSS e, ainda, os colocados pelos Centros de Emprego.

São objetivos desta greve:

1. O aumento dos salários em 4%, com o mínimo de 60€ por trabalhador e pelo aumento das pensões;
2. O descongelamento total das progressões e promoções em 2018 para todos os trabalhadores em funções públicas;
3. A reposição dos valores de trabalho extraordinário;
4. A regulamentação dos suplementos de Insalubridade, Penosidade e Risco e de disponibilidade;
5. A revogação da proibição de acumulação das indemnizações pela reparação da incapacidade resultante de acidente em serviço ou doença profissional;
6. A regulamentação das carreiras específicas e subsistentes de Bombeiro Municipal, Fiscal Municipal, Técnico de Informática, Polícia Municipal, Sapador Municipal, Nadador Salvador e Proteção Civil e recuperação das profissões, conteúdos e carreiras da administração local;
7. Contra a municipalização das funções sociais do estado e por um verdadeiro processo de regionalização;

8. Regularização das situações de Precariedade existentes no universo da Administração Local para que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efetivo;
9. Aposentação sem penalizações aos 36 anos completos de serviço, independentemente da idade;
10. Promoção da melhoria das condições de trabalho no sector e efetiva fiscalização pelas autoridades competentes;
11. Em defesa da autonomia do Poder Local Democrático – conquista de Abril.

Como atrás se referiu, o período de greve situa-se, em princípio, entre as 0 e as 24 horas do dia 18 de Novembro de 2017, pelo que a adesão dos trabalhadores, independentemente da localização das entidades a que prestam serviço, processar-se-á durante a totalidade desse período ou apenas durante o tempo que entenderem, consoante a vontade que nesse sentido manifestarem.

Por razões ligadas à organização das jornadas de trabalho, esta greve abrange ainda os seguintes períodos:

- Para os trabalhadores cujo horário de trabalho se inicie antes das 0 horas do dia 18 de Novembro de 2017 e termine neste dia, o aviso prévio de greve começará a produzir efeitos a partir da hora em que tem início a jornada de trabalho;
- Para os trabalhadores cujo horário de trabalho se inicie no dia 18 de Novembro de 2017 e termine após as 24 horas do respectivo dia, o aviso prévio de greve prolonga os seus efeitos até ao termo da respetiva jornada de trabalho.

Para efeitos do disposto no art. 396.º, n.º 2, da citada LGTFP, bem como no art. 534.º, n.º 3, do citado Código do Trabalho, informa-se que os serviços mínimos são assegurados nos sectores referidos no art. 397.º da LGTFP e no art.º 537.º do Código de Trabalho, que funcionem ininterruptamente 24 horas por dia, nos sete dias da semana, propondo-se, indicativamente, em termos de efectivos, um número nunca superior àquele que garanta o funcionamento aos Domingos, no turno da noite, durante a época normal de férias.

Relativamente à segurança e manutenção de instalações a que também se refere o art. 396º da citada Lei e o art. 534.º, n.º 3 do Código de Trabalho, propõe-se:

- Nos serviços que não funcionem ininterruptamente ou que não correspondam a necessidades sociais impreteríveis, a segurança e manutenção do equipamento e instalações serão asseguradas nos mesmos moldes em que o são nos períodos de interrupção do funcionamento ou de encerramento;

- Nos serviços que funcionem ininterruptamente e que correspondam a necessidades sociais impreteríveis, os serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações serão assegurados no âmbito dos serviços mínimos.

Assim, informa-se que os referidos trabalhadores, independentemente do respectivo tipo de vínculo, se encontram em greve, tal como acima indicado, se outro motivo não declararem expressamente.

Com os melhores cumprimentos,
A Direcção Nacional do STAL

